CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 18/94
INTERESSADA : Lívia Maria Macagnan Ciciliati
ASSUNTO : Reconsideração em grau de recurso da
decisão de não autorização de matrícula na
3ª série do 1º grau.
RELATOR : Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
PARECER CEE Nº 176/94 CEPG APROVADO EM 13-04-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1. HISTÓRICO:

1.1.1 O pai da aluna Lívia Maria Macagnan Ciciliati dirige-se ao Senhor Delegado de Ensino de Adamantina, para solicitar a reconsideração do indeferimento da matrícula de sua filha, na terceira série do Primeiro Grau da EEPSG "José Firpo", de Lucélia.

1.1.2 Alega o pai, que a aluna foi matriculada no CB inicial com sete anos completos, em 1993, já estava alfabetizada, pois freqüentou por três anos a pré-escola; começou a apresentar desinteresse e não se adaptou.

1.1.3 Em junho de 1993, os pais, as professoras, a coordenadora e a direção da escola entenderam que a aluna deveria cursar o CB em continuidade, ao qual adaptou-se satisfatoriamente.

1.1.4 Conforme informações prestadas pela escola, a aluna, por estar alfabetizada, apresentou já no 2º bimestre problemas de adaptação e desinteresse na classe de CB inicial, sendo, então, remanejada para o CB em continuidade.

PROCESSO CEE Nº 18/94

PARECER CEE Nº 176/94

1.1.5 A professora do CB em continuidade, na Ficha de Avaliação do Desempenho do aluno de Ciclo Básico, anotou que, no 2º semestre, a aluna realizou satisfatoriamente todas as atividades sugeridas com muita desenvoltura e apresentou em todas as disciplinas desenvolvimento muito bom. Entretanto, logo que foi remanejada, teve dificuldade em se adaptar, foi preciso lançar mão de um atendimento individual e da ajuda da família na realização de tarefas extras. No fim do primeiro mês já acompanhava o ritmo da classe (g.n).

1.1.6 Baseada na Resolução SE nº 13/84, a direção da escola decidiu pelo remanejamento da aluna para o CB em continuidade, de conformidade com o disposto no artigo 2º, dessa norma que dispõe: "São finalidades do Ciclo Básico: I - Assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características socio-culturais (...). II - Garantir às escolas a flexibilidade necessária para a organização do currículo no que tange ao agrupamento de alunos, métodos e estratégias de ensino, conteúdos programáticos e critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem".

1.1.7 Quando o pai solicitou a matrícula da aluna na 3ª série do 1º grau, no entanto, a direção, apesar de reconhecer o bom desempenho da criança, julgou não ter competência para decidir, tendo em vista o que determina o Decreto nº 21.833 de 28-12-83, artigo 1º, parágrafo único.

1.1.8 Encaminhando o caso à Delegacia de Ensino esta se manifesta pela efetivação da matrícula da aluna no CB em continuidade, com aprofundamento.

PROCESSO CEE Nº 18/94

PARECER CEE Nº 176/94

1.2. APRECIÇÃO

1.2.1 O pedido não encontra amparo legal na Lei 5.692/71, que determina tenha o ensino de 1º grau a duração de oito anos letivos. Por outro lado, o Decreto 21.833/83, que institui o Ciclo Básico, estabelece que sua duração mínima será de dois anos letivos.

1.2.2 Este Colegiado, em casos semelhantes, tem recomendado o aprofundamento curricular.

1.2.3 O Parecer CEE nº 1.872/91, por exemplo, ressalta a importância da criança desfrutar de maior convívio com crianças de seu próprio grupo etário, evitando-se aceleração indevida da escolarização que não leva em conta as características gerais de seu amadurecimento e pode redundar em prejuízo ao longo da escolarização.

1.2.4 Já tivemos oportunidade, em caso semelhante, de afirmar: "O Ciclo Básico tem alcance mais amplo. Para crianças que apresentem adiantamento psicossocial e em relação ao aprendizado, a escola deve proporcionar outras atividades que enriqueçam a qualidade do ensino, com atividades curriculares paralelas ou por aprofundamento do estudo dos conteúdos programáticos de interesse do aluno, como tem sido repetitivamente ponderado por este Conselho.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 18/94

PARECER CEE Nº 176/94

A solução simplista de promovê-la à unidade seguinte não é pedagógica, nem é legal. A propósito do assunto, existe vasta bibliografia, pareceres deste Conselho e legislação específica. Com o aumento das matrículas na pré-escola, certamente, haverá um acréscimo ponderável na quantidade de crianças que chegam ao 1º grau com prontidão para o aprendizado da leitura e escrita e, mesmo, já alfabetizadas. Há um equívoco generalizado de que a primeira parte do Ciclo Básico, referente aos dois primeiros semestres, equivalentes à 1º série, não se justifica para as crianças alfabetizadas. Como se tem insistido neste Conselho o Ciclo Básico não é uma solução temporal, de operar um curso mais curto ou mais longo, para crianças talentosas e as carentes culturais, mas, oferecer o melhor ensino de primeiro grau para todas as crianças, durante 8 anos" (Processo CEE nº 590/93).

2. CONCLUSÃO

Fica a escola autorizada a verificar se a aluna tem condições de prosseguir seus estudos na 3ª série, como pede o seu pai. Em caso positivo, a petição deve ser atendida, no sentido de matricular a aluna Livia Maria Macagnan Ciciliati, da EEPSG "José Firpo", de Lucélia, DE de Adamantina, na 3ª série do 1º grau em 1994.

São Paulo, 16 de março de 1994.

a) Cons. João Guafberto de Carvalho Meneses
Relator

PROCESSO CEE Nº 18/94

PARECER CEE Nº 176/94

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Elba Siqueira de Sá Barretto, João Gualberto de Carvalho Meneses, Frances Guiomar Rava Alves e Maria Clara Paes Tobo.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 30 de março de 1994.

São Paulo, 30 de março de 1994.

**a) Cons^a Frances Guiomar Rava Alves
No exercício da Presidência da CEPG**

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão votou contrariamente.

Sala "Carlos Pasquale", em 13 de abril de 1994.

**a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente**